

Sociabilidade Parlamentar em cena **Atores políticos, cotidiano e imprensa na cidade do Rio de Janeiro (1902-1937)**

NATASCHA STEFANIA CARVALHO DE OSTOS*

Este trabalho propõe investigar o impacto e a repercussão do que denominamos de “sociabilidade política parlamentar” nas revistas *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon*; sociabilidade essa que era vivenciada no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, do início do século XX até o ano de 1937. A hipótese que norteia este trabalho é a de que a observação dos hábitos, dos comportamentos e das práticas cotidianas dos parlamentares que então integravam o Congresso Nacional levava à construção, nas páginas desses periódicos, de percepções e sensibilidades¹ peculiares sobre o próprio sentido da política e sobre o papel dos chamados “políticos” na sociedade brasileira.

A pesquisa dessa sociabilidade, e de como ela era retratada nesses periódicos, tem como marco espacial a cidade do Rio de Janeiro, envolvendo a análise de fontes editadas nesse local, mas que circulavam em grande parte do território nacional. Para efeito deste trabalho será de fundamental importância destacar a noção de cotidiano como grade reflexiva relevante para a investigação dos fenômenos políticos. Acompanhamos Michel de Certeau no seu entendimento do conceito de cotidiano: aquela dimensão espaço-temporal na qual o fazer, e o viver, dos homens se dão em meio às múltiplas situações do dia-a-dia, de modo que indivíduos e grupos interagem na mobilização de uma complexa rede de relações, capaz de engendrar tanto práticas, quanto comportamentos, percepções e identidades. Desse ponto de vista, as “maneiras de fazer” cotidianas não poderiam ser consideradas como simples pano de fundo da dinâmica social, mas sim como a expressão plural de inúmeros percursos do “comum”,

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista da CAPES. Agradecemos a Prof^a. Dr^a. Regina Horta Duarte – orientadora – pelas sugestões.

¹ Segundo Sandra Pesavento (2005), “As sensibilidades seriam, pois, as formas pelas quais indivíduos e grupos se dão a perceber, comparecendo como um reduto de representação da realidade através das emoções e dos sentidos. [...] podemos aproximar as sensibilidades do campo do político, onde podem ser *medidas* ações e reações, mobilizações e tomadas de iniciativa. [...] O mundo do sensível [...] incide justo sobre as formas de valorizar, de classificar o mundo, ou de reagir diante de determinadas situações e personagens sociais.”

dotados de historicidade e presentes, inclusive, nos fenômenos políticos (CERTEAU, 2004: 35-37).

Consideramos, ainda, como essencial para o desenvolvimento deste estudo, a noção de sociabilidade; compreendida aqui como uma rede de convivência e/ou associação voluntária entre pares (permanente ou temporária), que guarda certa especificidade frente às formas mais gerais de relações sociais (AGULHON, 1984). Nesse sentido é possível falarmos da existência de diversas formas de sociabilidade política, que se organizam em torno das mais variadas instâncias, como partidos, sindicatos, instituições de ensino, dentre outros; congregando grupos tais como intelectuais, estudantes, operários, etc. Dentre essas diferentes formas de sociabilidade (experimentadas por segmentos sociais diversos, em dimensões e locais variados), algumas podem adquirir importância para além daquele círculo restrito de iniciados, ganhando relevância e visibilidade perante outras parcelas da sociedade, e da imprensa, interessadas em acompanhar os desdobramentos e a dinâmica de interação de determinados grupos, pelo que eles representam no cenário político-social mais amplo.

Constatamos, pela consulta preliminar das fontes, que a sociabilidade política dos parlamentares, em suas múltiplas situações de encontro, conagração e convivência (no espaço da Câmara e do Senado, nos *meetings* organizados em clubes e gabinetes, nos encontros festivos, nas reuniões informais nos cafés, etc.), despertava forte interesse da parte de alguns periódicos que circulavam nas primeiras décadas do século XX, em particular das revistas aqui citadas. Posto isso, desejamos investigar como se dava a “cobertura” jornalística dessa sociabilidade dos parlamentares nas páginas das revistas *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon*², indagando: porque as diversas situações político-sociais relacionadas a essa sociabilidade ganhavam destaque nessas publicações? Tratava-se apenas de uma curiosidade superficial pelo fazer cotidiano dos poderosos da hora? Ou a “cobertura” dessa sociabilidade parlamentar foi a maneira encontrada por essas revistas para acompanhar de perto certos processos políticos

² A revista *Fon-Fon* foi criada no ano de 1907, no Rio de Janeiro, de circulação semanal. Suas páginas traziam informações sobre literatura, vida social carioca, movimentação política, dentre outros assuntos; foi extinta no ano de 1958. Já *O Malho* foi fundado em 1902, também na cidade do Rio de Janeiro; trata-se de um semanário que dedicava bastante espaço à crítica política, mas que não deixava de abordar, dentre outras coisas, aspectos relacionados aos costumes da época; parou de circular em 1954. *Careta* foi editada pela primeira vez no ano de 1908, na cidade do Rio de Janeiro; caracterizava-se pelo humor crítico e pela grande quantidade de caricaturas; deixou de ser publicada no ano de 1960.

normalmente refratários a olhares externos? A atenção concedida, nesses periódicos, à movimentação política do cotidiano, aos seus episódios “comuns”, não passaria de uma celebração vazia de fatos aparentemente banais? Ou a observação desse dia-a-dia dos parlamentares propiciava algum tipo de reflexão sobre o mundo da política, sobre a legitimidade das instituições e o papel de certos atores políticos no cenário nacional?

A nossa hipótese, construída a partir da análise preliminar da documentação, nos leva a supor que sim, que as revistas *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon*, ao retratarem em suas páginas o cotidiano da sociabilidade política dos parlamentares, funcionavam como veículos de criação e difusão de percepções e sensibilidades relativas ao político. De acordo com Eliana De Freitas Dutra a historiografia contemporânea tende a reconhecer a necessidade de se desenvolverem estudos que adotem perspectivas múltiplas no que toca ao estudo das culturas políticas, incluindo no rol das possibilidades analíticas aquela que lida com as “experiências da vida comum, quotidiana e dos seus conflitos ordinários na construção das culturas políticas” (DUTRA, 2003: 21). Apesar da atividade política levada a cabo nas altas esferas do poder, como é o caso do Parlamento, também ser feita, em certa medida, no dia-a-dia de procedimentos rotineiros, esse lado mais terra-a-terra da política tende a ser esquecido pelos pesquisadores, que o consideram, geralmente, como de menor importância. Interessamos investigar como a movimentação política mais ordinária dos parlamentares (por exemplo, a ausência reiterada de alguns deles às sessões parlamentares), podia ser considerada, por parte da imprensa da época, como digna de nota, merecendo comentários que tendiam a desembocar em apreciações sobre os rumos da política, o valor das instituições e a utilidade dos “políticos profissionais”. Acreditamos que tal abordagem nos permitirá mapear alguns *conhecimentos e tendências* que compunham o universo da cultura política republicana daquela sociedade; *conhecimentos e tendências* que Giacomo Sani designou, genericamente, como: “os *conhecimentos* [...] relativos às instituições, à prática política, às forças políticas operantes num determinado contexto”; bem como “as *tendências* mais ou menos difusas, como, por exemplo, a indiferença, o cinismo, a rigidez, o dogmatismo, ou, ao invés, o sentido de confiança, a adesão, a tolerância, para com as forças políticas diversas” (SANI, 1995: 306).

No início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro, como capital da jovem República, abrigava os poderes executivo e legislativo da federação, concentrando,

também, grande parte da burocracia estatal relacionada ao funcionamento do setor público. Era natural, portanto, que se destacasse como palco de atuação, e ponto de encontro, das poderosas elites regionais, que para lá se dirigiam a fim de cumprir mandatos políticos, tecer acordos, tratar de negócios e cultivar relações sociais. A urbe atraía, ainda, diversos empreendimentos privados ligados à atividade cafeeira, além de estabelecimentos comerciais e companhias estrangeiras; contando com um número cada vez maior de imigrantes que para lá se dirigiam em busca de oportunidades de trabalho. Alguns dados revelam bem o papel nuclear da cidade do Rio de Janeiro: entre 1872 e 1920 a população da cidade aumentou de 274 mil para 1,2 milhões de habitantes, enquanto que a cidade de São Paulo, no mesmo período, viu sua população saltar de 31 mil moradores para 580 mil; cabe ressaltar, ainda, que, em 1907, o Rio de Janeiro concentrava 26% dos capitais industriais do país, e 20% dos estabelecimentos industriais, contra 20% e 10%, respectivamente, de São Paulo (a capital paulista começou a superar, economicamente, a cidade do Rio de Janeiro, a partir da década de 1920) (NETO, 2006: 216, 222, 227). Apesar de o Brasil possuir, então, uma porcentagem baixíssima de indivíduos alfabetizados (24,5%), o índice de pessoas alfabetizadas na cidade do Rio de Janeiro era bem maior do que a média nacional, alcançando os 61,3%, de acordo com o censo de 1920 (CARVALHO, 2001: 69).

Nicolau Sevcenko considera que uma das características mais importantes das primeiras décadas do século XX no Brasil foi a expansão considerável da imprensa escrita, ressaltando que a introdução das novas técnicas de impressão e edição ajudaram a reduzir o preço das publicações, fomentando um “novo jornalismo”, que, “de par com as revistas mundanas [...] tornou-se mesmo a coqueluche da nova burguesia urbana”, atingindo não somente as “classes conservadoras”, como também “a massa de caixeiros, aventureiros e funcionários” (2003: 119, 126). As chamadas revistas ilustradas, ou mundanas (assim qualificadas pela grande quantidade de imagens que veiculavam e pela variedade de conteúdos que publicavam), são consideradas, muitas vezes, como fontes apropriadas para subsidiar aquelas pesquisas históricas voltadas para o estudo da publicidade, do consumo e dos usos e costumes de certa época; com pouca frequência elas sustentam investigações dedicadas aos fenômenos políticos e, quando isso ocorre, tende-se a privilegiar a análise das caricaturas ali contidas. Tais abordagens são importantes; mas acreditamos que essas revistas poderiam ser alvo de outros estudos

dedicados à dimensão política, já que, além das caricaturas, existem inúmeros elementos textuais ali presentes dedicados a debater, comentar, criticar, denunciar, questões relativas à instância política. Tal lacuna poderia ser explicada pela fragmentação que caracteriza esses periódicos, divididos em múltiplas seções que se “apinham” em suas páginas, entremeadas por uma abundante quantidade de imagens e de informes publicitários, de forma que mesmo estudiosos experientes correm o risco de praticar uma “leitura amena e ligeira, decorrente do mero folhear dessas publicações” (MARTINS, 2003: 60).

As revistas ilustradas perfazem um corpo documental privilegiado para o estudo do dia-a-dia da política, em razão da diversidade de conteúdos que publicavam, pelo fato de não se fixarem a uma linha temática muito rígida, que se concentrasse na veiculação apenas do humor, da literatura, da política ou de notícias. Essa “liberdade” permitia que as revistas tratassem de questões que outros periódicos poderiam considerar como irrelevantes, ou pouco sérias. No que toca às revistas *Careta*, *Fon-Fon* e *O Malho*, elas tendiam a discutir as questões políticas através da exposição da própria sociabilidade política dos parlamentares (e de outros políticos ligados ao executivo); construindo em suas páginas uma espécie de comentário social do político, dedicado a explicitar as miudezas diárias dos encontros parlamentares, a dinâmica dos hábitos que marcavam o funcionamento cotidiano do Congresso, as ligações políticas e pessoais de deputados e senadores, o tipo de relação existente entre o executivo e o legislativo nacional, os boatos que circulavam nos bastidores dessa sociabilidade política, etc.

Esses comentários eram expressos em diversas seções das revistas; em *Fon-Fon* temos “O momento político”, “Nota Política”, “Fon-Fon! No Congresso”, etc; em *Careta* encontramos “Almanaque das Glórias” (aonde se traça um perfil irônico de figuras destacadas), e “Careta Parlamentar”; e no periódico *O Malho* mapeamos “Bigorna na Câmara”, “Crônica do Estado”, “O Malho” (espécie de editorial político), etc. Tais seções não se dedicavam apenas a pontuar os acontecimentos políticos, ou a descrever algum traço da sociabilidade cotidiana dos parlamentares; cada situação exposta, cada ato e comportamento praticado pelos políticos vinha acompanhado de comentários e opiniões diversos, muitos dos quais de autoria anônima. Através do que era divulgado nessas colunas entrevemos certas práticas parlamentares, inclusive no que toca ao modo como deputados e senadores lidavam com situações de potencial encontro

com o povo. Em uma dessas colunas um comentarista expõe uma prática que, pelo que constatamos na documentação, não era incomum naquele período – as reuniões fechadas do Congresso:

O Congresso reunido trataria da apuração das últimas eleições presidenciais. Não lhes conto os embaraços da entrada. O velho edifício do Senado, costumeiramente tão calmo [...] tinha, naquele dia, um aspecto desconfiado, a feição de quem se previne contra qualquer acontecimento esperado. Portas fechadas e polícia em penca. Felizmente, meu amável amigo Senador Cassiano do Nascimento, percebeu a minha entalção e correndo em meu socorro, afirmou: – É da paz. Deixem entrar (FON-Fon! No Congresso. Fon-Fon, Rio de Janeiro, ano IV, n. 21, s/ p., 21 de maio de 1910)

Na edição seguinte a revista ironizou a situação através do seguinte diálogo: “– *Zé Povo*: Então, não posso assistir às sessões do Congresso?; – *Congressista*: Pois tu não sabes que o Zé Carlos já declarou que... *no Senado não entra povo? Some-te...*” (Fon-Fon, 28/05/1910: s/ p.). Predominava, entre a elite política de então, a idéia de que o povo configurava uma força imprevisível, intelectualmente desqualificada, potencialmente perigosa, e que poderia desestabilizar, através de seus movimentos impulsivos, a frágil ordem institucional do país.

Episódios como esse, somados a outros acontecimentos do cotidiano parlamentar, não deixavam de repercutir nas revistas ilustradas, gerando um acúmulo de notícias que sempre vinham acompanhadas de comentários apreciativos sobre os poderes constituídos, em particular sobre o Congresso Nacional. Contudo, não é possível apreender a complexidade da “cobertura” política que era feita por essas revistas apenas através da análise isolada das seções dedicadas ao tema, já que a estrutura fragmentária desses periódicos permitia a inserção de pequenas notas, comentários e relatos ao longo de toda a publicação. Nesse sentido, o mundo da política (e a dimensão individualizada dos próprios políticos), freqüentava outras seções, tais como: “O Rio em flagrante”, “Notas mundanas”, etc., indicando uma clara sobreposição das colunas social e política. Esse fato não é irrelevante, e mostra bem como a vida política estava imersa numa rede de sociabilidade que ultrapassava os locais oficiais de encontro (como o Congresso e as sedes dos partidos), fazendo-se presente nas ruas, nos cafés e restaurantes, nas residências particulares, etc. Naquele momento o segmento parlamentar coincidia com o que se chamava de “boa sociedade”, de modo que muitos deputados e senadores ficavam em evidência, e eram flagrados, não somente no exercício de suas funções, como também no papel de verdadeiros “astros” da vida social

(claro está que da elite), concentrada na cidade do Rio de Janeiro. Vejamos como um cronista da época lança mão de uma situação imaginária como pretexto para expor as práticas exemplares de alguns congressistas:

A deputação é a melhor etapa da vida. [...] Uma vez deputado... então sim. Eu havia de mostrar para quanto valia. Começava logo fingindo que não conhecia os amigos antigos, tal qual o Doutor Pandiá Calógeras. Mudava-me para um bom hotel, acordava às onze horas, almoçava ao meio dia e ia à Câmara lá pelas três horas, tal qual o Dr. Celso Bayma [...] Depois ia flunar na Avenida, com as mãos no bolso e flor na lapela, tal qual o deputado Eloy de Souza e no dia primeiro do mês seria sempre o primeiro a cumprimentar amavelmente o pagador, tal qual o Senador Pires Ferreira [...] À noite ia dar uma vista d'olhos pelo Carlos Gomes, tal qual o deputado Leão Velloso; dava um pulinho aos Clubes elegantes, tal qual... muitos outros deputados que conheço. Nas votações nominais, diária sempre – sim – aos projetos de agrado do Governo, e uma vez ou outra, por desfastio, daria um aparte, tal qual o Senador Índio do Brasil ou o Deputado João Cordeiro. Quando a política se dividisse adotaria a neutralidade, tal qual o Senador Joaquim Murtinho ou o Senador Campos Salles. E assim preencheria honestamente o meu cargo de Deputado, tal qual a maioria dos nossos deputados. Depois disso, se não fosse promovido a Senador, era porque nesta terra ninguém dá valor aos serviços alheios (Fon-Fon, 30/04/1910: s/ p.).

No trecho acima temos uma amostra de como a observação do cotidiano dos congressistas, dos seus comportamentos, ajudava a plasmar percepções sobre a dinâmica da atividade legislativa do país, sendo bastante comum que os articulistas citassem o nome de deputados e senadores, descrevendo os hábitos de cada um. Note-se que, ao escolher destacar certas condutas, privadas e públicas, dos parlamentares, colocando-as lado a lado, o autor traçou um quadro bastante negativo sobre a atividade parlamentar. Inicialmente o leitor é apresentado a uma série de comportamentos (não sabemos se verdadeiros ou não) que, mesmo não tendo ligação direta com a função representativa, colocam sob suspeição os legisladores, já que esses comportamentos insinuam a presença de uma “fraqueza moral”, ou leviandade, incompatível com a dignidade do posto. Não se espera que parlamentares, por exemplo, tomem a função pública como oportunidade para vivenciar o ócio bem remunerado, como deixa entrever o trecho acima. Claro que o articulista se abstém de fazer qualquer juízo de valor explícito sobre tais condutas, mas é patente que, através da enunciação dessas práticas, ele está assinalando a ausência das chamadas “virtudes cívicas”, tão enaltecidas pelo discurso republicano, e que são relativas “à moderação e à contenção dos desejos e interesses privados e mesmo ao desinteresse de si, em vista do amor pela cidade, e à abnegação, em função do empenho na promoção do bem público” (CARDOSO, 2004: 46).

Dando continuidade ao texto, o autor passa a descrever a atuação de alguns deputados e senadores no desempenho da atividade propriamente parlamentar. Nesse caso, o articulista destaca o alinhamento dos legisladores com o governo federal, a consolidação de técnicas do consenso político como forma de acomodar os interesses, e a apatia dos deputados e senadores frente ao jogo político. De acordo com Renato Lessa, com a adoção da Política dos Governadores, criada no governo de Campos Sales (1898-1902), “As questões políticas relevantes já estavam tratadas por um eixo que excluía o Legislativo enquanto instituição. O Presidente falava diretamente aos Estados e o comportamento legislativo será função da extensão do acordo entre aquelas partes” (1988: 110). Esse esvaziamento político do Congresso pode ter contribuído para que se consolidasse a percepção, disseminada em parte da imprensa da época, da “inutilidade” dessa instituição representativa, e do papel formal, mais do que efetivo, de deputados e senadores.

A visão de que os parlamentares eram incapazes de atuar, de modo consistente, em prol do bem comum, vinha acompanhada da impressão de que os interesses privados, se devidamente recomendados, receberiam pronta atenção dos legisladores: “o senador que mais cartas e visitas recebe no Senado, é o Sr. Severino Vieira [...] procuram-no porque Sua Excelência tem sempre uma frase de agrado, uma promessa consoladora”; no caso da Câmara, “O deputado mais procurado é, incontestavelmente, o Sr. Seabra [...] Procuram-no para pedir proteção, para pedir emprego” (*Fon-Fon*, 16/10/1909: s/p.). Certamente, não está em questão aqui a noção de representação-mandato, própria dos regimes liberais, aonde se tem por legítimo que os representantes eleitos defendam certos interesses, advindos dos diferentes grupos que compõem a sociedade civil (LEYDET, 2004: 73). Interessante notar que o autor utiliza a expressão “pedir proteção”; ora, em um regime republicano a proteção do cidadão não deveria ser oriunda da própria lei, que indistintamente recai sobre todos e assim garante um mínimo de igualdade? Mas, obviamente, trata-se, no referido trecho, da possibilidade de ascensão social em razão da maior ou menor proximidade com o poder, da busca por uma diferenciação advinda da solidariedade pessoal.

No Brasil, a instauração do regime republicano não ampliou as possibilidades de participação popular, através dos canais oficiais, nas decisões políticas do país. As eleições, além de mera encenação, também ofereciam perigo para quem se aventurava a

comparecer aos locais de votação; capangas contratados pelos políticos usavam métodos violentos para assegurar os resultados e eliminar qualquer tentativa de oposição. Diante das limitações impostas à livre participação eleitoral, a maioria dos cidadãos preferia abster-se do jogo político institucionalizado, consciente de que seu envolvimento em nada alteraria a ordem estabelecida. O mundo da política (naquele período tão refratário ao olhar dos não iniciados) suscitava estranhamento e incompreensão: “E nós leigos, que vivemos alheios às intrincadas preocupações políticas, embasbacamos de admiração e receio diante de todos esses mistérios indecifráveis” (*Fon-Fon*, 12/11/1910: s/p.). Ou ainda: “coisa complicada a Política. Gente que ontem se abraçava e que vivia quase dos beijos, odeia-se hoje [...] O mesmo princípio que era bom ainda agora, dois minutos depois, torna-se repelente, batido por aqueles mesmos que o aclamavam” (*Fon-Fon*, 18/09/1909: s/p).

Talvez, essa sensação de distanciamento dos “leigos” em relação às regras do jogo político, somada à impossibilidade de participação efetiva, tenha exacerbado o interesse das revistas ilustradas pela vida pessoal dos políticos. Se o mundo público não aceitava a ingerência dos cidadãos e nem permitia a ampla divulgação de seus atos, o conhecimento da política poderia dar-se, quem sabe, através da individualidade dos políticos, já que, no Brasil, a dimensão privada nunca deixou de se confundir com a esfera pública.

Fon-Fon, um dia destes, armou-se da excelência da sua Kodack e resolveu ir onde moravam as nossas individualidades mais em destaque [...] Pareceu-lhe de interesse exhibir à curiosidade pública essas residências de “notáveis”, onde muitas vezes [...] tanta solução decisiva, tem sido tomada ou proposta (Fon-Fon, 13/11/1909: s/p.).

Como o texto se propõe a descrever as residências de alguns políticos (citados na matéria), acreditamos que está em questão, nesse trecho, a consciência de que, naquele período, a chamada “solução decisiva”, capaz de influir nos rumos da nação, era discutida, e adotada, na *privacidade* dos ambientes fechados e restritos, acessíveis somente para convidados, restando ao povo o papel de espectador extramuros da dinâmica política. Nesse sentido, o deslocamento daquilo que deveria ser próprio do mundo público para o âmbito do privado, acabava por favorecer, também, uma fascinação pela personalidade dos políticos, pois grassava a impressão de que era de suas relações pessoais, dos seus desejos e interesses, do seu voluntarismo, que emanavam as grandes decisões, capazes de afetar a coletividade nacional.

Richard Sennett destaca que vem se exacerbando, no mundo ocidental, uma “superposição do imaginário público e privado”, de modo que “Na política moderna, seria suicídio para um líder insistir em dizer: esqueçam a minha vida privada; tudo o que precisam saber ao meu respeito é se sou um bom legislador” (1988: 41). Claro está que ao lançarmos mão das reflexões desse autor não estamos propondo a transposição mecânica e simplista de suas conclusões para o período aqui estudado. Desejamos, sim, evidenciar que, na nossa documentação detectamos um interesse exacerbado pelo que se poderia definir, em um primeiro momento, como sendo uma curiosidade superficial das revistas pelas atividades cotidianas dos poderosos, curiosidade essa que envolvia não apenas o dia-a-dia dos políticos, como, também, suas vidas privadas, além daquilo que se poderia chamar de suas personalidades. Vejamos:

Senado – Sisudos e alegres [...] Ao gênero alegre pertencem: o venerando General Glycério, com sua simpática fisionomia expansiva, a sua frase galhofeira, o seu gênio jovial. [...] O Sr. Gonçalves Ribeiro, amador de anedotas picantes, de fatos leves; o arqu-simpático Sr. Azeredo, de uma afabilidade franca, repontada de um pouco de boemia educada [...] E os carrancudos? [...] Srs. Lauro Sodré e Augusto Vasconcellos, apesar do contraste do sorriso que têm sempre nos lábios (Fon-Fon, 31/07/1909: s/p.).

Ora, será que a cobertura dessa sociabilidade parlamentar não foi a maneira encontrada por essas revistas para acompanhar de perto certos processos políticos normalmente avessos à ingerência externa? A decifração da “personalidade” dos políticos poderia, talvez, revelar indícios capazes de levar à compreensão da dinâmica política, já que predominava a percepção (também corrente no dias de hoje), de que a pessoa é o que parece; assim, “A única forma de controle está na atenção constante dada à formulação daquilo que a pessoa sente” (SENNETT, 1988: 192). A opacidade que revestia os atos públicos; o segredo que marcava as negociações para a composição dos cargos eletivos (normalmente feitas por troca de cartas e sacramentadas por encontros privados em clubes ou residências particulares); o desrespeito institucionalizado pelas leis que regiam a organização política; favoreciam a idéia de que a política era atividade ininteligível e confusa. Talvez essa conjuntura induzisse os observadores a se voltarem para a individualidade dos políticos na busca por algum tipo de “pista”, ou indício, que fornecesse uma informação mais precisa e segura, que possibilitasse a “decifração” dos códigos que regiam esse mundo:

O gesto e a atividade dos deputados variam infinitamente e indicam positivamente se são sinceros ou não. [...] Os oradores que se mexem de um lado para o outro, são versáteis, mudam de opinião conforme as circunstâncias. Nunca se sabe o que querem. [...] O gesto, porém, que representa o auge da sinceridade e do desinteresse é o que consiste em abrir largamente os dois braços e descobrir completamente o peito. Desconfiai, porém, dos oradores que batem no peito com a mão fechada. São os penitentes, os que publicamente confessam os seus erros, dizendo baixinho: mea culpa. (Fon-Fon, 06/03/1909: s/p.).

Tendo em vista a análise preliminar de parte da documentação, acreditamos que o cotidiano da sociabilidade política dos parlamentares ecoava nas páginas de algumas revistas, suscitando percepções e sensibilidades peculiares sobre o próprio fazer político, e sobre a “função” dos políticos na sociedade, sedimentando perspectivas que eram forjadas a partir da observação de episódios comuns do dia-a-dia. Nesse sentido, reafirmamos aqui a noção de cotidiano como grade reflexiva que nos permitirá pensar as questões expostas neste trabalho; consideramos o cotidiano como aquilo que “é, ao mesmo tempo, um dia e todos os dias. Engloba, assim, tanto o instantâneo como o duradouro, o incisivo e transformador e o repetitivo”; conjuga dois sentidos temporais complementares, que remetem ao que ocorre “em um dado dia, num tempo brevíssimo” e ao “que acontece todos os dias, portanto num tempo potencialmente longo” (GUARINELLO, 2004: 25). Recusamos, portanto, aquela percepção que considera o cotidiano apenas como o “não acontecimento”, que toma a vida comum como sendo necessariamente estéril, banal, alienada e inconsciente, “eterna permanência”. Tal perspectiva nos permitirá acompanhar a emergência de certas práticas, concepções, comportamentos e valores ligados ao político; mas não como algo dado, e cujo resultado era previsível, e sim como um fazer que integrava diversas possibilidades em aberto, vivenciadas e construídas na indeterminação do que era, naquele momento, o tempo presente.

Fontes utilizadas neste trabalho

- *Fon-Fon*, Rio de Janeiro (período consultado: 1902-1910)

Bibliografia

AGULHON, Maurice. *Penitents et francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité meridionale*. Paris: Fayard, 1984.

- ALBERTI, Verena. *O riso e o risível: na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- ANSART, Pierre. *La Gestion des Passions Politiques*. Lausanne: L' Age d'Homme, 1983.
- AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloisa M. Murgel (orgs.). *Corrupção : ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900–2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações – contribuição a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papirus, 2000.
- CARDOSO, Sérgio (org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. O Rio de Janeiro e a República. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 5, n. 8/9, pp. 117-138, set. 1984/abr., 1985.
- _____. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. Os Três Povos da República. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, pp. 61-87, 2001.
- CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. V. 1. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A Invenção do Cotidiano: Morar, cozinhar*. V. 2. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. História e Culturas Políticas – Definições, usos, genealogias. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 28, pp. 13-28, 2003.
- DUTRA, Eliana R. de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, Nação e Edição: O lugar dos impressos na construção da vida política – Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. História científica, história contemporânea e história cotidiana. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 24, n. 48, pp. 13-38, dez./2004.

- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- LESSA, Renato. *A Invenção Republicana - Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- LEYDET, Dominique. Crise de representação : o modelo republicano em questão. In: CARDOSO, Sérgio (org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 67-92, 2004.
- MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. *História*. São Paulo, 22 (1), pp. 59-79, 2003.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida – Cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.
- MOREL, Marco. *As transformações dos Espaços Públicos – Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- NETO, José Miguel Arias. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. V (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – Da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 191-229, 2006.
- NOVAIS, Fernando A. & SEVCENKO, Nicolau (orgs.). *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Coloquios, 2005, [En línea], Puesto en línea el 04 février 2005. URL: <http://nuevomundo.revues.org/229>. Consultado el 09 juin 2011.
- RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SAES, Décio. *Classe Média e Política na Primeira República Brasileira (1889-1930)*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SANI, Giacomo. Cultura Política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUTTI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UNB, pp. 306-308, 1995.
- SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público – As tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.